

# A crise financeira mundial e a América Latina: pragmatismos sem teses inovadoras

## *The world financial crisis and Latin America: pragmatisms without innovating thesis*

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO\*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 28 a 31]

Atualmente o vocábulo crise se tornou o mais proferido no contexto urbano, desde o cidadão comum pertencente a qualquer um dos diferentes níveis de negócios, até os ocupantes de altos postos de empresas e de organismos governamentais. Mas, como definir crise sem apelar para os aspectos predominantes da trivialidade? Para o cidadão de todos os níveis, crise nada mais é do que uma turbulência, um descompasso passageiro ou uma confusão prolongada em determinados segmentos do cotidiano. Entretanto, para os economistas, principalmente os *keynesianos* e, até mesmo, para alguns *neokeynesianos*, crise é o desvirtuamento da demanda agregada.

A tipologia da crise, felizmente, não é extensa. De maneira geral, as crises podem ser endógenas ou exógenas; de caráter endêmico ou de natureza epidêmica; estruturais ou de liquidez; e, ainda, especificamente de oferta, que além exclusivas, são distanciadas de quase todas as demais e, principalmente, das denominadas político-institucionais, ou seja, crises políticas, cuja responsabilidade da gênese e desdobramentos cabe à fragilidade dos partidos políticos.

Ao longo do tempo dessas ocorrências, ou seja, das crises, a influência da organização da produção, a política fiscal e a regularidade dos mercados têm servido não somente como balizadores, mas principalmente como importantes e sérios conselheiros que, além de dispensarem a contrapartida das remunerações, têm facilitado sobremaneira a extinção de descompassos entre a oferta e a demanda; entre preços, contratos e

salários; e, principalmente, entre os agentes privados e públicos na conquista dos excedentes econômicos. Desta feita, quando prolongados, também favorecem o aparecimento de crises de oferta.

As crises endógenas são, na sua maioria, estruturais, de liquidez do sistema financeiro, de natureza político-institucional e, especificamente, de oferta, ou seja, de superprodução, formadora de grandes estoques e deflações. São acompanhadas de reduções salariais e de outras medidas de política econômica restritivas. A crise de 1929 assumiu o caráter dual: estrutural e de liquidez e com conotações epidêmicas. Apesar de sua predominante caracterização de econômica, não teve também a sua origem em incidentes político-institucionais.

De maneira geral, as crises são fenômenos inerentes ao sistema capitalista e como se pode observar resultantes de suas imperfeições. Há quem afirme que são necessárias para testes e atualizações de mecanismos de política econômica e também para viabilizar a importância da mobilidade dos agentes econômicos, comprovadamente atestada nas salvaguardas impostas entre 1929-1933.

Mário Henrique Simonsen (1935-1997), no livro *Ensaio Analítico* (FGV, 1994), ao tratar da Grande Depressão norte-americana da década de 30 apresenta primeiramente a visão keynesiana. Esta, como sendo o resultado da queda dos investimentos privados acoplada a graves erros de política fiscal após a saturação de um ciclo de inovações no setor industrial e da taxa de desemprego de 8,7%, levando

\* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial - CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

a economia norte-americana à recessão, com reflexos globalizantes.

Para Milton Friedman (1912-2006), também citado por Simonsen, num diagnóstico totalmente adverso ao de Keynes, a Grande Depressão foi resultante de erros do Federal Reserve (FED), que permitiu, por omissão, que os meios de pagamento diminuíssem em 26,5% no período entre 1929-1933. Tal fato ligado às sucessivas falências bancárias e continuadas retiradas de depósitos entre 1930-1931 haveria de provocar uma considerável queda no multiplicador dos meios de pagamento, detonando a deflação e a conseqüente depressão. Em ambos os diagnósticos, nota-se a ineficiência ou tibieza dos mecanismos reguladores do Estado, o que demonstra uma área de flacidez no realismo do século XX.

Desta feita, a ação do Estado foi rápida na preservação do monopólio da emissão e do poder regulador da moeda, levando os bancos europeus ao mesmo tipo de comportamento dos bancos norte-americanos, distanciando assim as economias envolvidas diretamente na crise da deflação e, conseqüentemente, da depressão. Entretanto, isso não pode significar que o mal foi cortado pela raiz, pois esta, além demonstrar que pode ser longa, possui tentáculos que alcançam mercados hemisféricos. Quanto mais se estreitam os riscos de mercado com a demora de resultados do Plano *Paulson*, mais complexas hão de se tornar as relações internacionais do sistema planetário, que após a queda da bipolaridade pareceu ser estável e situar-se bem próximo da uniformidade econômica.

A interdependência das economias liberais não permite excetuar mercados das perdas cambiais advindas das turbulências monetárias. Ainda que diferenciadas, elas persistem e exigem tratamentos personificados. Aos EUA e à União Européia (UE) cabem maiores cifras e a maior responsabilidade pela salvaguarda dos atuais paradigmas capitalistas, pois nos seus espaços econômicos centram-se as maiores aventuras especulativas, bem como as mais significativas falhas de regulação financeira sem as respectivas contrapartidas sociais.

A inviabilidade da divisão de prejuízos notória no passado já não encontra atualmente aceitação em espaços delimitados do concerto internacional. Ásia e América Latina, apesar de diferentes níveis

de geração de riqueza e acumulação distributiva, previnem-se contra a velocidade do capital não produtivo com relativa desconfiança dos tratamentos ortodoxos e criam fronteiras institucionais para a defesa de seus modelos de crescimento, ameaçados pelo possível retorno de protecionismos hemisféricos. É conhecida a intenção da China em reduzir o ritmo de crescimento centrado em investimentos diretos, no comércio exterior de baixa competitividade e, inclusive, através da participação de seus capitais em investimentos localizados em mercados emergentes.

Protege-se a China da ameaça da inadimplência das balanças comerciais das economias emergentes, mas não chega a tipificar a sua em autárquica, pois ainda depende da agressividade dos fluxos de capitais para financiamento do setor externo, via Hong Kong e outros centros comerciais periféricos. A amplitude de escolha de onde buscar e alocar recursos favorece a China e, de certa forma, retarda impactos da crise em sua economia dual.

A América Latina, com raras exceções, a exemplo do Haiti, Bolívia e Paraguai – países mais pobres do continente – vive neste momento ameaçado pelas turbulências da crise financeira mundial em um clima de relativa estabilidade comercial e monetária. É claro que a maioria dos seus Estados não está e nem permanecerá imune aos tentáculos da crise, no curto ou no médio prazo, pois suas extensões ainda não estão bem definidas.

Ao excetuar-se o longo prazo, pois nele certamente quase todos os agentes econômicos estarão mortos, é de se considerar que a maioria dos fenômenos monetários é típica do curto prazo, mas, às vezes, com ocorrências no médio prazo. Neste caso têm-se as bombas de efeito retardado que explodem com muito barulho e, além do mais, causando estragos na ordem político-social vigente, independentemente, do poder de suas bases democráticas de sustentação, como é o caso da Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, esta às voltas com a queda acentuada do preço do petróleo, que até há pouco tempo era considerado o principal fiador dos seus planos de inclusão social e a âncora de bravatas bolivarianas.

A Venezuela, particularmente, está mais próxima dos estilhaços atirados pelos agentes do descompasso norte-americano. Embora tenha retirado há tempos

suas reservas monetárias dos bancos norte-americanos, ainda mantém elevado grau de dependência dos EUA, que além de ser seu maior comprador de óleo, também exporta grande parcela complementar da oferta interna venezuelana. A deterioração das relações de intercâmbio Venezuela/EUA, ainda que em médio prazo, poderá conduzir a Venezuela a uma séria crise de liquidez, paralela a uma crise político-institucional, com reflexos nefastos para a região, que certamente seriam transmitidos, primeiramente, para Havana, Quito e La Paz, com novas perturbações ao frágil equilíbrio regional.

As perspectivas que a maioria dos regimes de mercado latino-americanos – com grande incidência oligopolista – esteja próxima da mordada *contracapitalista* não são absolutamente verdadeiras. Por outro lado, também, não está descartada plenamente a idéia de preparação de brigadas ou de forças-tarefas para empreender o combate aos impactos da crise. Alguns países, a exemplo da Argentina criaram comitês de defesa para monitoramento da crise, visando à proteção cambial e a regularidade dos preços das suas principais *commodities*, cujas elasticidades já prenunciam quedas em suas exportações e o encarecimento de suas importações, com reflexos imediatos nos preços internos, ou seja, a possível volta gradual da inflação, com uma repartição desigual dos prejuízos.

As economias brasileira e chilena, ambas, ainda consideradas como as mais estáveis do Cone Sul, com reservas externas proporcionalmente ao PIB (2007) em termos de 11,2% e 15,4% respectivamente, não estão imunes aos efeitos recessivos da crise.

O Brasil – além de algumas medidas facilitadoras para o sistema financeiro advindas do Banco Central para conter a disparada do dólar norte-americano, os aumentos da taxa básica de juros, interromperem a letargia involuntária dos bancos privados, assegurar o financiamento às exportações e exigir garantias e contrapartidas nos possíveis resgates de empresas em dificuldades financeiras – visa criar um terreno favorável para implementar medidas de natureza fiscal e de regulação monetária. Os efeitos esperados poderão ultrapassar a simples caracterização político-monetária, além de dispensar a emissão de documentos de exceção que possam facilitar a estatização de segmentos econômicos.

As medidas originárias do Banco Central do Brasil podem, à primeira vista, ser consideradas ortodoxas em termos de política econômica, porém, são vistas como as mais exequíveis e adaptáveis ao momento financeiro, levando-se ainda em consideração a relativa homogeneidade entre os mercados financeiros latino-americanos, tendo em vista que esses mercados, diante da versatilidade dos efeitos nefastos da crise, devem ficar a reboque do Brasil e, até mesmo, como uma adicional salvaguarda da recessão que se avizinha globalmente.

A exemplo do Banco Central Europeu, que já alocou mais de US\$ 500 bilhões para garantir a liquidez das economias européias, o FED atuou com aproximadamente US\$ 600 bilhões destinados na sua maior parte ao fortalecimento das reservas dos bancos e dos fundos mútuos; surgindo perspectivas da Inglaterra e França em alocarem US\$ 26 bilhões e US\$ 14,1 bilhões respectivamente em seus mercados financeiros. Por conseguinte, o Banco Saudita manifesta-se em inserir-se no rol contributivo de divisas, globalizando os aportes, cujas dimensões podem atingir a cifra de US\$ um trilhão, valor possivelmente necessário à materialização estrutural da América do Sul e África, conjuntamente, dentro de uma noção de oportunidade econômica.

O BACEN agilizou recentemente US\$ 550 milhões em *swaps* cambiais – tipo de operação na qual a autoridade monetária recebe certo valor corrigido pela taxa de juros básica e a contraparte ganha a variação cambial no mesmo período. Além disso, entre setembro e outubro foram vendidos mais de US\$ 800 milhões em moeda fixa para a sustentabilidade do mercado de câmbio, bem como para atenuar a cotação da moeda norte-americana, que tem oscilado nas cotações de R\$ 2,36 a R\$ 2,38 (R\$ 1,00/US\$ 1,00), mas já acenando com possíveis baixas em torno de 5,0% a 6,0%.

O mais recente aporte no mercado financeiro foi de US\$ 50 bilhões em operações de mercado futuro. Essas operações com fins específicos ainda não ameaçaram a magnitude das reservas em moeda estrangeira, ao contrário das injeções em moeda fixa.

A identidade da economia brasileira com as demais economias latino-americanas não deve ser observada mediante os níveis dos aportes em moeda fixa norte-americana, pois esses aportes são

materializados em função do nível de reservas em moeda estrangeira, saldo da balança comercial, saldo de transações correntes, elasticidade-preço das exportações, valor das obrigações externas imediatas e, alguns casos, da capacidade para importar.

No atual momento esses indicadores sul-americanos são bastante diferenciados e até mesmo dispersos. Assim, a identidade econômica latino-americana diante da crise apresenta-se através das contingências cambiais, situações particularizadas e, em termos gerais, pelo dinamismo econômico que, segundo o FMI, através do Relatório Panorama Econômico Mundial, a perspectiva de crescimento da região para 2009 foi reduzida em 1,0%, não devendo ultrapassar o teto de 3,2%, que se perpetuado, poderá aumentar a vulnerabilidade econômica da América Latina.

A desaceleração prevista pelo FMI para a América Latina deverá ocorrer em ritmo e em fases diferenciadas do que certamente ocorrerá nas economias norte-americana, canadense, e nas da UE. Mais distantes ficarão ainda os parâmetros comparativos com as economias chinesa e japonesa, pois suas desacelerações poderão ter como muralha a recuperação das economias européias recentemente regulamentadas, antes de atingirem as economias latino-americanas. Na América Latina, Brasil e México podem ser considerados exemplos paradoxais. O México, por concentrar perto de 85% suas transações comerciais com os EUA, certamente sofrerá mais com a *débâcle* norte-americana, porém, no contexto latino-americano se apresenta com maior poder de recuperação para possíveis intenções de transformações estruturais.

O Brasil, por sua vez, superavitário, com reservas em moeda estrangeira em termos de US\$ 200 bilhões, com endividamento externo abaixo de 40% do PIB, uma demanda efetiva sob gradualismo monetário e com perspectivas de crescimento superior a 3,0%, poderá, dependendo de a coerência macrofiscal sobressair-se no cenário internacional investindo com ênfase em energia, etanol e gás. Além do mais, poderá apaziguar as forças contrárias ao MERCOSUL ao maximizar com relativa folga os ganhos exportadores do agronegócio.

Mantendo-se o Brasil neste curso – como uma decisão estratégica, sem a necessidade imediata

de aumentar o endividamento – via FMI ou Banco Mundial, já que ambos se têm colocado à disposição das economias emergentes – e sem o imperativo de medidas institucionais estatizantes, teríamos um país gradualista e contributivo para um novo eixo econômico possivelmente distanciado do elo EUA/EU. Por conseguinte, as demais economias do continente sul-americano, durante e após a crise, tenderiam a caracterizar-se, certamente, como caudatárias do modelo brasileiro.

Após esta nova tormenta do capital – caracterizada por pragmatismos sem inovações na ortodoxia econômica predominante – na qual, segundo os observadores realistas, as perdas não socializadas deverão ultrapassar US\$ 1,00 trilhão a preços atuais, uma nova ordem econômica poderá surgir em substituição ao liberalismo flexível, mas não adaptável plenamente a todos os continentes.

Tão logo seja alcançada a regularização dos mercados financeiros globalizados e os sistemas produtivos voltem a funcionar com o mínimo de capacidade ociosa, será preciso eliminar o perigo da pressão da estatização como principal salvaguarda do poder econômico. Isto não significa absolver ou indultar plenamente o Estado da responsabilidade da crise, lançando a culpa aos agentes econômicos das grandes economias, pactuantes das falhas institucionais e reguladoras, tão necessárias ao equilíbrio dos mercados e, conseqüentemente, do aprimoramento das relações internacionais.

Recebido em 09/10/2008

Aprovado em 14/10/2008

**Palavras chaves:** América Latina, crise financeira, Brasil  
**Key words:** Latin America, financial crisis, Brazil

**Resumo:** o artigo trata dos efeitos da crise financeira na América Latina. Analisa os possíveis impactos sobre algumas economias da região.

**Abstract:** the article discusses the effects of the financial crisis in Latin America. It analyses the possible impacts on some economies of the region.

